

ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO

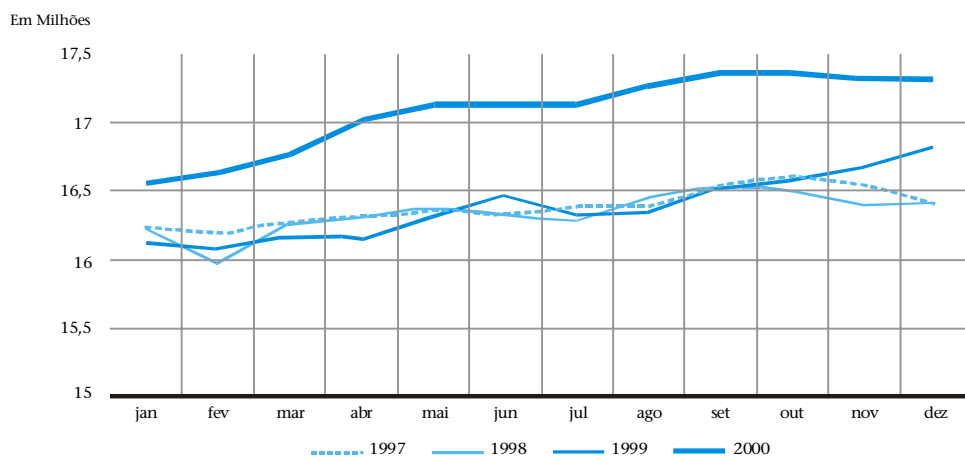
Mercado de trabalho

Com a divulgação dos dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do IBGE, referente a dezembro, pode-se ter uma visão geral praticamente completa do que foi o comportamento do mercado de trabalho metropolitano em 2000. Nesse sentido, o crescimento verificado no nível de ocupação é, com certeza, o resultado a merecer o maior destaque em qualquer análise que se faça, uma vez que a variação desse indicador foi a mais expressiva de toda a década que se encerra: após três anos de virtual estagnação, o mercado de trabalho apresentou, em 2000, um crescimento de 4,2% na ocupação média anual, cifra consideravelmente superior à registrada em 1994 (2,6%), que havia sido a mais alta até então. Vale ressaltar que o volume de postos de trabalho gerados equivale a aproximadamente dois anos de

crescimento da população em idade ativa (PIA), o que significa que, daqueles três anos, um teria sido integralmente recuperado em 2000.

A evolução da ocupação ao longo do ano não foi, porém, uniforme. Conforme pode ser visualizado no Gráfico 1, após iniciar seu processo de recuperação no último trimestre do ano anterior, a demanda por mão-de-obra prosseguiu apresentando elevado dinamismo até maio, mostrando então, entre esse mês e julho, um período de estabilidade. Depois de retomar o crescimento nos meses seguintes, atingindo seu nível máximo em setembro, a ocupação volta a se manter praticamente constante no último trimestre, encerrando o ano com uma taxa

GRÁFICO 1
BRASIL - NÍVEL DE OCUPAÇÃO METROPOLITANO



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PME/IBGE.

de crescimento, em relação a dezembro de 1999, da ordem de 2,9%.

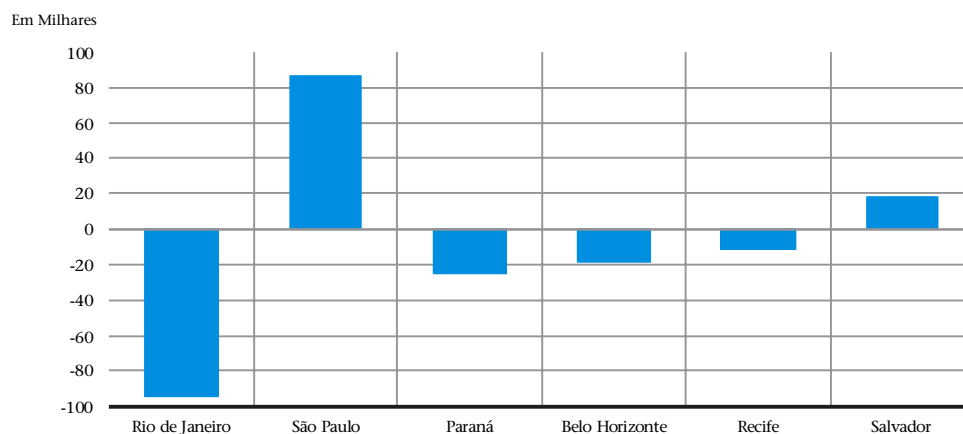
Embora esse comportamento da ocupação no final do ano possa, à primeira vista, suscitar alguma preocupação quanto ao seu desenvolvimento em 2001, no sentido de que o dinamismo responsável pelos bons resultados de 2000 poderia já estar se esgotando, uma apreciação mais cuidadosa dos dados mostra que a desaceleração no final do ano reflete um padrão sazonal da demanda, ao mesmo tempo em que a quebra desse padrão no ano anterior pode ser apontada como responsável pela diminuição, em relação ao resultado médio anual, da taxa de crescimento verificada em dezembro.

Em outras palavras, como o Gráfico 1 mostra, o processo atípico de crescimento da ocupação no último trimestre de 1999 gerou uma base de comparação elevada, responsável pela queda observada nas taxas de crescimento no final de 2000. Dessa forma, é legítimo alimentar expectativas positivas para a ocupação em 2001, na medida em que, naturalmente, as condições propícias do ambiente macroeconômico se mantenham. Deve-se, contudo, descartar a possibilidade de taxas tão elevadas como as registradas no ano recém-encerrado, haja vista o fato de que não se irá contar mais com uma base de

comparação tão deprimida, como foi a dos trimestres iniciais de 1999.

Em termos da sua evolução setorial, a boa notícia foi, sem dúvida, a recuperação do emprego na indústria de transformação. Depois de sucessivas quedas, com uma perda de 14,8% dos postos de trabalho nos quatro anos anteriores, o desempenho do setor industrial metropolitano em 2000 superou as expectativas mais otimistas: o crescimento da ocupação anual média, da ordem de 3,4%, foi mais de duas vezes e meia superior ao melhor resultado até então alcançado na década (1,2% em 1995). A evolução mensal do emprego industrial, por sua vez, reforça os comentários feitos a respeito do significado da queda da ocupação ocorrida ao final do ano. Em condições normais, o nível máximo da ocupação nesse setor é atingido em outubro, quando se verifica o pico da produção voltada para a formação dos estoques comerciais do final do ano. Não obstante, no ano anterior, de forma totalmente inusitada, esse nível máximo só veio a ocorrer em dezembro, o que, ao aumentar a base, produziu este ano, na comparação de 12 meses, uma variação negativa de 0,8% (dezembro de 2000 contra dezembro de 1999). Ainda no que se refere à ocupação setorial, igualmente auspicioso foi o comportamento da ocupação no comércio, que mostrou um crescimento em torno de 5,7% na média

GRÁFICO 2
REGIÕES METROPOLITANAS - GERAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO
NO QUARTO TRIMESTRE DE 2000



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PME/IBGE.

anual, também um recorde da década que se encerrou.

O desempenho dos mercados de trabalho regionais, em termos da evolução da média anual do nível de ocupação, não foi muito diferente do verificado para o conjunto, com todas as seis regiões cobertas pela PME¹ apresentando expressivas taxas de crescimento. O espectro dessas variações vai do Rio de Janeiro, com 2,8%, a Salvador, com 7,2%. Recife ficou próxima ao Rio de Janeiro, com 2,9%, enquanto Porto Alegre (4%), São Paulo (4,7%) e Belo Horizonte (5,3%) ficaram próximas da média (4,2%).

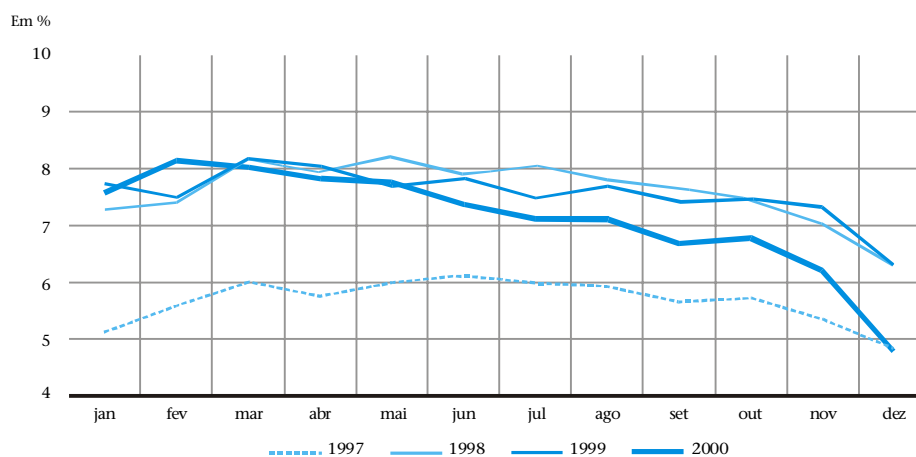
Porém, quando a observação se detém sobre o comportamento no último trimestre do ano, que em termos gerais, como já mencionado, caracterizou-se pelo arrefecimento do dinamismo que vinha sendo exibido nos meses precedentes, pode-se perceber situações bastante diferenciadas. Com efeito, tendo atingido seu ponto máximo em setembro, o nível de ocupação chegou em dezembro com cerca de 44 mil postos de trabalho a menos (-0,3%). Esse recuo localizou-se nas regiões de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife e, principalmente, Rio de Janeiro, que, sozinha, foi responsável por uma diminuição de 94 mil postos. Por outro lado, São Paulo e Salvador tiveram comportamento oposto, gerando, juntas, quase 105 mil novas ocupa-

ções, o que contribuiu de maneira significativa para arrefecer o movimento de queda do conjunto (ver Gráfico 2). São Paulo, em particular, teve crescimento em todos os três meses, rompendo, pelo segundo ano consecutivo, com o que seria de se esperar em termos de padrão sazonal, numa evidência de que a recuperação do mercado na maior das regiões metropolitanas manteve-se de forma sustentada até o final do ano. Esse comportamento da demanda por trabalho em São Paulo reforça os comentários anteriores, no sentido de uma provável continuidade, em 2001, do processo de crescimento iniciado no segundo semestre de 1999.

Refletindo, em certa medida, o desempenho altamente favorável do nível de ocupação, a taxa de desemprego também evoluiu positivamente ao longo de 2000. Depois de atingir 8,1% no mês de fevereiro, seu ponto mais alto em toda a década, esse indicador iniciou uma trajetória de queda consistente (com exceção dos resultados de agosto e outubro, quando houve uma certa estabilidade), chegando a 4,8% no final do ano. Esse número é cerca de 1,5 ponto percentual abaixo do verificado em dezembro do ano anterior, sendo igual ao observado em dezembro de 1997, último resultado antes do salto que

1. Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

GRÁFICO 3
BRASIL - TAXA DE DESEMPREGO METROPOLITANO



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PME/IBGE.

ocorreu em janeiro de 1998 e que representou uma mudança de patamar na evolução desse indicador.

Embora a trajetória da taxa de desemprego a partir de fevereiro tenha sido praticamente de queda contínua, os determinantes dessa evolução positiva foram distintos durante o ano: até setembro o fator básico foi o dinamismo do nível de ocupação, uma vez que a oferta de trabalho também mostrou elevado crescimento, em consequência da maior atratividade do mercado de trabalho; já no último trimestre, dada a estagnação ocorrida na ocupação, foi a retração verificada na oferta que permitiu a continuidade no processo de queda da taxa de desemprego. Dessa maneira, se for mantido o relativo paralelismo que vem sendo observado entre as variações da ocupação e os movimentos da oferta de trabalho, é de se esperar — flutuações sazonais à parte — que a taxa de desemprego continue a exibir a trajetória de queda gradual que a caracterizou por todo o ano passado.

Uma tal perspectiva para a taxa de desemprego baseia-se, portanto, em três hipóteses. Em primeiro lugar, que o nível de atividade irá manter o comportamento favorável que vem exibindo desde meados de 1999, associado a um desempenho da demanda por trabalho como o verificado em 2000. Adicionalmente, que a população economicamen-

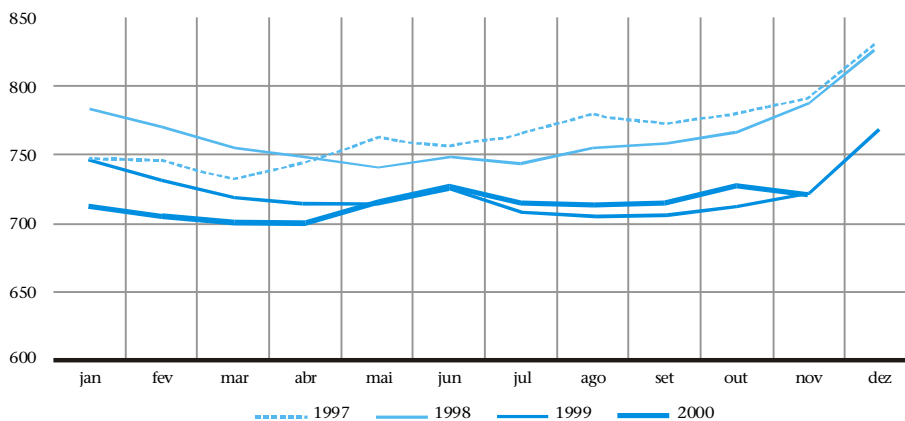
te ativa (PEA) irá crescer a taxas próximas às da ocupação, mesmo que essas sejam tão elevadas quanto as observadas no último ano.

O fundamento para essa última hipótese está no fato de a taxa de participação média anual (a razão entre a PEA e a PIA) encontrar-se mais de um ponto percentual abaixo dos níveis prevalentes em 1996, último ano, antes de 2000, em que o mercado de trabalho estava em ascensão. Isso significa que ainda há espaço para um crescimento da PEA a taxas acima do aumento, pode-se dizer, demográfico da PIA. Por outro lado, se essa terceira hipótese não se verificar, e a taxa de participação se estabilizar nos níveis médios de 2000 (ou mesmo cair um pouco), a taxa de desemprego deverá mostrar um processo de queda mais rápido.

Essa velocidade maior ocorreu, já em 2000, na região metropolitana de São Paulo, em decorrência, justamente, da combinação do crescimento da ocupação, verificado no último trimestre do ano, com uma diminuição da taxa de participação. Tal diminuição foi, como comentado, o principal fator na determinação da queda da taxa de desemprego metropolitano, principalmente em dezembro, mais que compensando a ligeira perda de postos de trabalho havida em quase todas as regiões. Em função disso, em São Paulo, única região a mostrar crescimento do número de postos em dezembro, a taxa

GRÁFICO 4
BRASIL - RENDA REAL MÉDIA METROPOLITANA

Em Reais de Jan/2000



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PME/IBGE.

de desemprego recuou para níveis inferiores aos verificados em dezembro de 1995, ano em que a taxa de desemprego média anual foi a menor da década. O comportamento da taxa de desemprego em São Paulo foi efetivamente o elemento de destaque desse indicador em termos regionais: enquanto em todas as demais regiões a diminuição da taxa média anual foi, no máximo, de 0,3 ponto percentual (em Belo Horizonte chegou a haver um pequeno aumento de 0,1 ponto percentual), em comparação aos resultados de 1999, nessa região ela alcançou 0,8 ponto, permitindo, dado o seu peso, o recuo de 0,4 ponto, havido na taxa média do conjunto das seis regiões.

A despeito de os resultados referentes à ocupação e à taxa de desemprego terem apresentado, como mencionado, uma sensível melhoria, o comportamento dos rendimentos reais médios não foi, até o mês de novembro, muito diferente do padrão exibido em 1999 (ver Gráfico 4).

Com os meses iniciais em um patamar cerca de 4% inferior aos níveis do ano anterior, sua evolução a partir de abril mostrou uma pequena recuperação, o que gerou, no segundo semestre, alguma expectativa otimista, uma vez que, embora timidamente, estavam sendo atingidos níveis um pouco melhores. De fato, com a lenta recuperação que parecia estar em curso, a diferença em relação a 1999 estava sendo paulatinamente ampliada de forma favorável (em outubro atingiu-se um valor cerca de 2,2% maior do que 12 meses antes).

Contudo, os resultados de novembro voltaram a ser piores (em relação a novembro de 1999) e, dessa forma, as expectativas que estavam sendo alimentadas com o comportamento dos rendimentos ocorrido a partir de julho, sistematicamente superiores aos níveis de 1999, não se confirmaram: esse início de recuperação foi interrompido e o nível de novembro voltou a ficar 0,2% abaixo do verificado no mesmo mês do ano anterior, repetindo assim a situação típica do primeiro semestre.

No que diz respeito à massa salarial, houve, em novembro, uma contração de 1,2%, em comparação ao nível alcançado em outubro. Isso foi provocado pela combinação da evolução desfavorável que houve, tanto na ocupação quanto no rendimento médio; não obstante, a comparação com novembro de 1999 ainda se mantém favorável, com uma variação positiva de cerca de 3,6%.

Em termos regionais tem havido uma certa diferenciação na evolução dos rendimentos. De certa forma, pode-se perceber um padrão de comportamento mais definido em Belo Horizonte e Porto Alegre, onde os rendimentos tiveram, desde março, uma evolução positiva, embora modesta, em termos de taxas de variação de 12 meses. As demais regiões apresentaram oscilações, com os rendimentos em 2000 sendo maiores, em alguns meses, que os observados em 1999, e menores em outros. Considerando-se, contudo, as médias do período janeiro/novembro, nesses dois anos, apenas Rio de Janeiro e São Paulo tiveram uma diminuição em seu nível de rendimentos reais, de -1,5% e -1,4%, respectivamente. Entre as demais regiões o destaque é Recife, com um crescimento da ordem de 6,3%.

Informalidade

Se a evolução mostrada pelos dois principais indicadores de emprego, tanto o nível de ocupação quanto a taxa de desemprego, era de certa forma previsível, uma vez consolidada a retomada do dinamismo da atividade econômica, o mesmo não se pode dizer do comportamento da informalidade. Ainda no número anterior, elaborado com dados referentes até o mês de agosto de 2000, este boletim expressava a sua preocupação com a ampla predominância do trabalho informal no conjunto das ocupações que estavam sendo criadas: dos cerca de 930 mil novos postos surgidos nos 12 meses anteriores, 79% eram de natureza informal, principalmente assalariados sem carteira de trabalho assinada. Certamente que o avanço da informalidade ao longo da década não era de molde a estimular a formulação de expectativas muito positivas, porém, o grau

em que ele vinha se dando, no processo de crescimento da ocupação então em curso, era, além de frustrante, altamente preocupante.

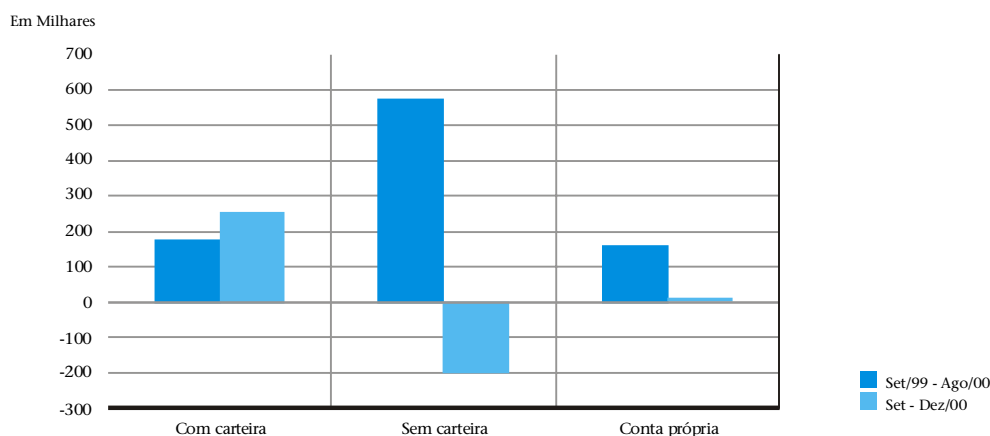
Porém, ao lado das evidências de deterioração que esses números estavam expondo, alguns sinais positivos chamavam a atenção. As ocupações formais, embora decididamente minoritárias, vinham apresentando uma taxa de crescimento relativamente elevada, tanto para o padrão histórico da década (na única vez em que a média anual apresentou variação positiva, em 1995, esta foi de apenas 0,6%), quanto na comparação com a taxa de crescimento da PIA. Conforme assinalado naquela ocasião, isso queria dizer que, se o conjunto da ocupação não estivesse crescendo a um ritmo tão forte, o mercado de trabalho estaria absorvendo os novos contingentes demográficos sem produzir um aprofundamento da informalidade.

Mesmo o mais otimista dos analistas, contudo, não poderia prever a evolução ocorrida no último quadrimestre do ano: as vagas com carteira assinada tiveram um acréscimo de 254 mil novos postos, o assalariamento sem carteira mostrou um recuo da ordem de 200 mil, enquanto o aumento das ocupações por conta própria foi de apenas 6 mil. A evolução praticamente simétrica do número de ocupações com e sem carteira assinada permite especular, com as ressalvas cabíveis,

que houve um processo de substituição de vínculos informais por relações de trabalho formalizadas, na contramão da tendência observada ao longo da década.

Uma compreensão adequada dos determinantes da mudança ocorrida no padrão da demanda por mão-de-obra deve levar em conta duas ordens de fatores. Em primeiro lugar, a evolução positiva da atividade industrial, que chegou a provocar, ao final do ano, níveis recordes de utilização da capacidade instalada: como existe uma incidência maior de vínculos formais na indústria, a alteração da composição verificada na ocupação total foi, em parte, um reflexo favorável do crescimento do emprego neste setor da atividade econômica. Além disso, e talvez principalmente, o padrão de contratação informal observado ao ser retomado o dinamismo da atividade econômica, a partir de meados de 1999, parece ter resultado de uma certa precaução empresarial: teria sido necessária a consolidação das tendências de crescimento, na ocasião experimentadas, para as empresas se decidirem pela transformação dos postos de trabalho, temporários, de natureza informal, em empregos permanentes, com carteira assinada. Nesse sentido, a percepção da consistência do novo ciclo teria amadurecido no segundo semestre de 2000, provocando as transformações observadas no padrão de contratação da mão-de-obra.

GRÁFICO 5
BRASIL - GERAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PME/IBGE.

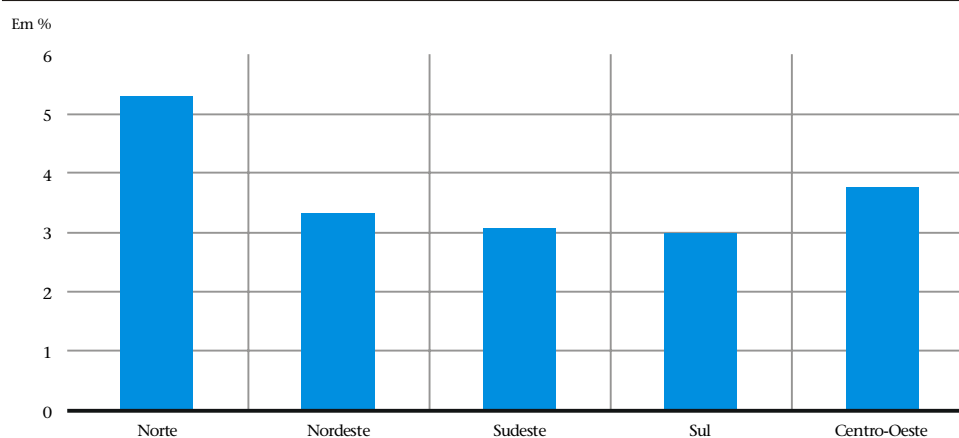
Tal evolução das formas de ocupação no final do ano provocou um crescimento anual dos postos com carteira, considerando-se o mês de dezembro, de 3,8%, enquanto os vínculos sem carteira e as ocupações por conta própria apresentaram taxas de variação significativamente menores, de 2,8% e 2,2%, respectivamente. Com esses resultados, o grau de informalidade (aqui entendido como a razão entre, de um lado, o número de ocupações sem carteira e por conta própria e, de outro, o total de ocupados), que havia atingido um pico de 51,5% em abril, recuou para 50,3% em dezembro, o que representa cerca de 0,3 ponto percentual a menos do ocorrido em dezembro de 1999.

metropolitanas levantadas pela PME/IBGE, também mostram que o fenômeno distribuiu-se de forma homogênea, do ponto de vista geográfico, em todo o país, com um destaque para a região Norte, que apresentou a maior expansão relativa (um crescimento da ordem de 5,3% entre dezembro dos dois anos). Também quando considerado o contraste entre as variações havidas nas 10 maiores regiões metropolitanas² (3,4%) e no Brasil não-metropolitano (3,1%), a diferença é mínima. Numa perspectiva setorial, os destaques do CAGED, para o conjunto do Brasil, são a indústria de transformação, com 4%, e o comércio, com 4,4% de crescimento sobre dezembro de 1999.

As informações do CAGED/MTE além de corroborar os dados relativos às seis regiões

2. As demais regiões aqui consideradas são Belém, Fortaleza, Curitiba e Brasília.

GRÁFICO 6
BRASIL - VARIAÇÃO DO EMPREGO FORMAL NAS REGIÕES EM 2000



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do CAGED/MTE.

